



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

MAGNÓLIA MARIA OLIVEIRA COSTA

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
NO ENSINO FUNDAMENTAL

MOSSORÓ

/2017

MAGNÓLIA MARIA OLIVEIRA COSTA

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
NO ENSINO FUNDAMENTAL

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado

Orientador: Dr^a Profa Ady Canário de Souza Estevão

MOSSORÓ/RN

2017

AGRADECIMENTOS

Á Deus, soberano, pai, espírito, vida que há em mim...O meu reconhecimento primeiro.

Aos meus filhos, as pessoas mais importantes da minha vida, Indira Morgana Oliveira Marinho, Ingridy Iáscara Oliveira Marinho, Francisco Remington Oliveira Marinho, pelo imenso amor a mim dedicado e por terem me instruído que o amor é incomensurável a partir do momento em que geramos uma vida em nós;

Aos meus netos Matheus David Marinho dos Santos e Paulo Victor Marinho dos Santos, presentes de Deus, amor incondicional, a eles dedico todo meu amor.

A minha mãe, que me deu a vida e também a preencheu de sentido, obrigada pela boa educação, pelos nãoos que naturalmente me ajudaram a ser a quem sou.

Agradeço a minha tutora Gilberliane Mayara Andrade de Melo, pelo carinho e atenção com que desempenhou durante a trajetória do curso.

Agradeço a minha orientadora Ady Canário de Souza Estevão, pelas orientações e aprendizados;

Agradeço a todos os meus colegas do curso em especial a Hudson Emanuel Silva do Nascimento, pelos esclarecimentos quando precisei;

Agradeço a minha amiga Rosely Fernandes do Atendimento educacional Especializado-AEE da Escola Municipal Marineide Pereira da Cunha, pelas contribuições;

Agradeço a FranciscoVarder Braga Junior coordenador do curso, sempre pronto a nós auxiliar

Agradeço a todos os colegas do curso, que mesmo distantes, temos um contato constante.

Agradeço a Banca Examinadora por dedicar seu tempo em função de nossa apresentação

RESUMO

A inclusão escolar é um processo que acolhe todos os indivíduos sem distinção de suas particularidades. O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Desta forma, leva-se em consideração sua especificidade com relação a aprendizagem. Assim, as transformações decorrentes do mundo contemporâneo leva-nos a reflexão sobre as prática pedagógica dos professores para consolidação da participação igualitária de todos. Temos como problema, Qual a importância da atuação do intérprete Da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para desenvolver a aprendizagem de alunos com surdez na escola pública nos anos finais? O nosso objetivo é analisar a atuação de uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais na sala de aula regular de uma escola pública da rede Estadual de Ensino no município de Mossoró/RN. Os objetivos específicos: Analisar os fatores implicados na implantação e consolidação da atuação do intérprete de LIBRAS nas escolas de Mossoró/RN; Identificar os elementos políticos e sociais determinantes da criação e consolidação dos intérpretes nas escolas; Compreender as estratégias utilizadas pela intérprete de LIBRAS da sala regular de ensino para o exercício de sua autonomia em sala de aula. Para a compreensão desta análise utilizamos como metodologia uma entrevista semiestruturada com a intérprete, com quatro perguntas sobre o desempenho de uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS que atua em uma escola Estadual da cidade de Mossoró/RN. Iniciamos o estudo com uma revisão bibliográfica em autores tais como: Bianchetti (1989), BRASIL (1989), Constituição Federativa do Brasil (2005), Estatuto da Criança e do Adolescente (2014), Leis a respeito do histórico do processo de inclusão de pessoas com deficiências da antiguidade até a idade contemporânea, buscando estabelecer relação entre as lutas e conquistas até os dias atuais, para entender como se processa na atualidade o processo de inclusão. Após a verificação dos resultados, percebeu-se a importância da LIBRAS, enquanto língua materna dos surdos e como facilita sua inserção social como ponte para a aprendizagem de modo geral, bem como, a luta por um educação bilíngue. As considerações finais apontam a relevância do profissional de LIBRAS da sua conduta à atuação, mensurando as dificuldades e benefícios encontrados na sua prática em sala inclusiva. Pode-se ainda, relatar a grandeza de abertura que esse profissional disponibiliza aos alunos com surdez. Esperamos que a partir destas reflexões os profissionais se engajem na perspectiva de procurar cada vez mais esclarecimentos, bem como aperfeiçoamento para que realmente as Pessoas Deficientes sejam aceitas, atendidas e principalmente vistas como pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO, INTÉRPRETE, LIBRAS.

ABSTRACT

The school inclusion is a process that welcomes all individuals irrespective of their particularity. The National Education Plan-PNE, law No. 10,172/2001, points out that "the breakthrough that the Decade of education should produce would be the construction of an inclusive school to ensure the care of human diversity". In this way, and always take into consideration your specificity with regard to learning. So the transformations arising from the contemporary world leads us to reflect on the teaching practice of teachers to consolidate the equal participation of all. We have as main objective to analyze the performance of a sign language interpreter in the regular classroom of a public school in the city of Mossoró/RN, in which studies a deaf student. Specific objectives: to analyze the factors involved in the implementation and consolidation of the role of the interpreter pounds in schools of Mossoró/RN; Identify the social determinants and political elements. Comprender las estrategias utilizadas por el intérprete de libras de habitación regular para educación era autónoma en el aula. Para comprender que esta revisión fue un semestruturada de entrevista elaborado con cuatro preguntas sobre el desempeño de un profesional intérprete de lengua de signos brasileña-libras en la escuela secundaria. Comenzamos el estudio con un estudio bibliográfico sobre autores y leyes con respecto a la historia del proceso de inclusión de personas con necesidades especiales desde la antigüedad hasta la edad contemporánea, tratando de establecer conexión entre las luchas y logros de la comunidad sorda a la actualidad, para comprender cómo los procesos en atualiade el proceso de inclusión. Después de la verificación de los resultados, se dio cuenta de la importancia de libras, mientras que la lengua materna de los sordos y cómo su inserción social facilita el puente al aprendizaje en General, así como la lucha por una educación bilingüe. Resaltar la importancia del profesional. proporciona a los estudiantes con pérdida auditiva. Que esperamos de estas reflexiones la engagem de profesionales en la perspectiva de buscar más información, así como económica para las personas con discapacidad ser aceptado, atendiads y visto principalmente como personas.

Key -words: INCLUSION, INTÉRPRETE, LIBRAS.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado a atuação do intérprete da Língua Brasileira de Sinais no Ensino Fundamental, se justifica a partir de observações da vivência e atuação de uma interprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS em uma Escola Pública da Rede Estadual na cidade de Mossoró/RN, sobre a participação e os benefícios advindos pela contribuição da interprete de LIBRAS na vida de uma aluna com surdez em uma sala de aula regular do Ensino Fundamental dos anos finais. Agregado a isso, nos fundamentaremos nas discussões, textos e atividades executadas e nas disciplinas

cursadas durante o curso de Atendimento Educacional Especializado, à Distância, ofertado pela Universidade Federal Rural do Semi Árido.

Nossa proposta de estudo se configura especificamente em compreender: Qual a importância da atuação do interprete Da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS na escola pública nos anos finais? De que forma auxilia na aprendizagem de uma aluna com surdez, os benefícios e significados para a autonomia e socialização da aluna. Temos como objetivo analisar a atuação de uma interprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS na sala de aula regular de uma escola pública da rede estadual de ensino fundamental nos anos finais.

Para melhor compreensão da atuação do interprete na escola pública procuramos investigar como foi o processo de implantação e consolidação da profissão interprete de LIBRAS para indentificar os elementos políticos e sociais determinantes para esta ação, os processos legais, as leis que fundamentaram e que a língua natural usada pela comunidade surda brasileira. Estudos sobre essa língua foram iniciados no Brasil pela Gladis Knak Rehfeldt (A língua de sinais do Brasil, 1981). Há também artigos e pesquisas realizadas pela Lucinda Ferreira Brito que foram publicadas em forma de um livro em 1995 (Por uma gramática das línguas de sinais).

Para responder as questões propostas, procuramos subsidiar nossos conhecimentos por meio dos autores, Bianchetti (1998), Quadro (2204), Albres (2010), Brito (1993) Gesser (2209), entre outros. Observamos ainda que a categoria profissional possui código de ética sendo respaldada institucional por associações de pessoas surdas, pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Federação Mundial dos Surdos, entre outras. Desta forma, a função de intérprete exige alguns preceitos éticos: Imparcialidade (interpretação neutra, sem dar opiniões pessoais), confiabilidade (sigilo profissional), fidelidade (interpretação deve ser fiel, sem alterar a informação mesmo que seja com a intenção de ajudar), etc.

Ao levamos em consideração que a comunicação é um fator fundamental para o ser humano e a LIBRAS é um meio de se comunicar que possibilita a interação dos surdos tanto entre surdos, quanto com os ouvintes, podemos desta forma, recorrê-las para facilitar o processo de comunicação e interação no convívio social destas pessoas.

Os intérpretes de Língua de Sinais surgiram devido à necessidade da comunidade surda possuir um profissional que auxiliasse no processo de comunicação com as pessoas ouvintes. Inicialmente, a atuação era informal, ou seja, pais ou membros

da família das pessoas surdas faziam essa função. Entretanto, para que isso ocorresse de modo formal foi necessário que a Língua Brasileira de Sinais fosse oficializada.

Assim, sua atuação em sala de aula é de fundamental importância para a aprendizagem de alunos surdos. Sua função é interpretar de uma dada língua de sinais para outro idioma, ou deste outro idioma para uma determinada língua de sinais. O intérprete de Libras é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função. Ele deve ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação, além de possuir formação específica na área de sua atuação.

Esse profissional deve ser capacitado e/ou habilitado em processos de interpretação de língua de sinais, atuando em situações formais como: escolas, palestras, reuniões técnicas, igrejas, fóruns judiciais, programas de televisão etc. A categoria profissional possui código de ética e respaldo institucional, associações de pessoas surdas, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Federação Mundial dos Surdos, entre outras. A função de intérprete exige que sejam seguidos alguns preceitos éticos: Imparcialidade (interpretação neutra, sem dar opiniões pessoais), confiabilidade (sigilo profissional), fidelidade (interpretação deve ser fiel, sem alterar a informação mesmo que seja com a intenção de ajudar).

2- DESENVOLVIMENTO: histórico do processo de inclusão

Na atualidade temos a clara compreensão a respeito das diferenças entre as pessoas, existe um processo de conscientização contemporâneo, pois nem todas as pessoas entendem o real significado da palavra inclusão. Os profissionais da educação devem auxiliar os alunos com necessidades educacionais a sentirem-se incluídas, pois já passaram por vários períodos de exclusão durante séculos.

Na antiguidade há relatos de que nos primórdios as pessoas com alguma deficiência, até mesmo os idosos eram abandonados à própria sorte, pois a luta na caça e a procura por comida era primordial para a sobrevivência daquela comunidade. Essas eram vistas como empecilho, ou seja, não era aceitável que elas atrapalhassem o crescimento do restante das pessoas ou comunidade.

Bianchetti (1998, p. 28) afirma que:

Em virtude da característica cíclica da natureza, totalmente fora do controle dos homens, os deslocamentos eram constantes, razão pela qual é indispensável que cada um se baste a si e ainda

colabore com o grupo. É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, sequer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa, característica da nossa fase histórica. Utilizando uma linguagem dos dias atuais, podemos afirmar que, nas sociedades primitivas, “quem não tem competência não se estabelece”. Isto é, não há uma teorização, uma busca natural: os mais fortes sobrevivem.

Na Grécia, havia o culto em busca do corpo e da mente perfeita para lutarem nas guerras¹. Sendo assim, as crianças que logo ao nascerem apresentassem alguma deficiência seriam jogadas do alto de uma montanha, sob a autorização de um grupo de cinco pessoas para que fosse confirmada a deficiência ou a imperfeição.

No período da Idade Média, mais precisamente na era pré-cristã no momento da Inquisição Católica, os membros da igreja tinham a missão de matar pessoas que apresentassem qualquer deficiência, sob a alegação de que essas pessoas eram instrumentos do mal e para que não prejudicassem os puros deveriam ser sacrificadas, torturadas e até mortas.

Sobre esse acontecido, Holanda (2009, p. 50) nos diz que: “os portadores de deficiências² tiveram suas vidas ameaçadas, tratados como se fossem a própria materialização do mal e para combatê-los era preciso castigar, torturar e matar”.

Ainda na Idade Média, por influência da Igreja Católica (na era cristã) as pessoas com deficiência não poderiam ser mortas ou torturadas, pois a Igreja pregava o amor ao próximo, e estes não seriam diferentes dos demais, sendo assim, eram dignos do dom da vida. Com isso, as pessoas com deficiência entram em um novo cenário, ao invés de serem maltratadas e mortas, as famílias começam a rejeitá-los de outra forma, deixando-os abandonados em seus próprios leitos ou em instituições residenciais. As famílias que não encaminhavam os “defeituosos” para viver nos isolamentos, lucravam com a sua deficiência, pois os vendiam para o entretenimento das demais pessoas.

Martins (2011 p. 14) nos diz que:

Algumas pessoas com deficiência eram utilizadas para o divertimento, em palácios e cortes reais, sendo denominadas de

¹ Bruno Ferreira <http://www.metodista.br/cidadania/numero-59/a-sociedade-do-culto-ao-corpo-perfeito>

² Assim eram chamados de acordo com o contexto da época

“bobos da corte”, ou eram expostas em circos ou em praças públicas, para divertimento do público e lucro daqueles a quem eram entregues ou vendidas pelos pais.

Ao longo da História, a surdez foi alvo de incompreensão, vista apenas com aspectos negativos, os surdos foram rotulados das mais variadas formas, como doentes, loucos e até castigados dos deuses. Somente no século XVI é que surgem os primeiros educadores de surdos,

Esse cenário de rejeição durou até meados do século XIX, ganhando destaque nas discussões apenas no século XX. Desta forma, em 1948 é que a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a considerar todos os homens iguais através da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir daí começam a surgir diversas leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entre tantas outras. Na década de 1970 ocorreram debates sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. Porém não possuíam nenhum apoio governamental. Portanto, caberiam as instituições de ensino privado realizar a inclusão das pessoas com deficiências, para colocá-las na convivência com a sociedade. A Lei nº 7.853/89, que diz: “Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta”.(LEI 7.853/89).

A LBI. Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Que trata das pessoas com deficiências. Onde estabelece no seu CAPÍTULO IV - DO DIREITO À EDUCAÇÃO.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

no século XIX surge no Brasil o primeiro educador surdo, o Francês Ernest Huet, trazido por D. Pedro II para educar duas crianças surdas. Este educador decide fundar o Instituto Nacional de Surdos Mudos para atender crianças surdas, essa escola existe até hoje no estado do Rio de Janeiro com o nome de Instituto Nacional de Surdos (INES).

Já no século XX (década de 60), ocorre a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares de ensino, porém essa inclusão de fato não ocorreu por motivos diversos, entre eles o despreparo dos educadores para educar crianças com necessidades educacionais especiais (NEE). Goldfeld (2002) mostra que, somente no final da década de 1970, chega ao Brasil a proposta de Comunicação Total, que se preocupa com os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre ouvintes e surdos. Nesse sistema, a língua oral é importante para o aprendizado da criança surda, no entanto, os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser desconsiderados para a aprendizagem da língua oral, com isso é necessário utilizar recursos espaço-viso-manuais para a comunicação.

2.1- A LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais teve sua origem do Alfabeto Manual Francês, é uma língua utilizada pelos surdos. Essa língua é a brasileira, cada País possui sua própria língua de sinais, por este motivo essa língua não é universal. No Brasil, a lei garante ao surdo o direito de ter um intérprete de LIBRAS nas classes regulares e em outros espaços escolares que proporcione a inclusão destes alunos.

A maior parte das crianças surdas desenvolvem sua linguagem através da LIBRAS, é pelo intermédio que os surdos tem maior desenvolvimento, adquirem conhecimentos e interação social. A linguagem tem um papel muito importante no desenvolvimento do ser humano, quando estimulada precocemente, a criança apresenta maiores perspectivas para o desenvolvimento, sendo através dos gestos manuais. Esta começam a adquirir esse conhecimento através de gestos manuais, sons emitidos e expressões faciais que esse feedback vai sendo construído.

Os profissionais que atuam na língua de Sinais desde a sua legislação da sua profissão vem buscando novos conhecimentos, novas técnicas para esse ensino, pois as crianças surdas que estão inseridas na escola regular, onde seu meio social e cultural são formados por ouvintes, sem intérprete e sem professores com formação adequada.

A maioria das crianças surdas entra na escola sem ter o conhecimento da língua de sinais, por virem de famílias ouvintes que não conhecem a LIBRAS. Por isso, não basta só às escolas incluírem a LIBRAS nas salas de aula, é necessário que haja uma adequação curricular, apoio e especialização adequada para os profissionais para favorecer tanto os ouvintes quanto os surdos.

A escola tem o papel de apresentar alternativas para o engajamento e a inclusão dessas pessoas surdas nas suas salas de aula regulares. Entre os princípios da escola inclusiva se destaca que as crianças devem aprender juntas, quando possível, independente da sua dificuldade, mas que haja também um profissional qualificado para atender a essas dificuldades de aprendizagem.

Sobre isso, Damásio (2005, p.61) diz:

A LIBRAS, língua brasileira de sinais, possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural-científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence.

Para consolidar a inclusão das crianças surdas nas escolas regulares, atendendo as necessidades dos surdos e contribuir para uma melhor formação da sua cidadania, o professor precisa estar aberto para a mudança, buscando a aprendizagem da língua de sinais para que possam se conscientizar da responsabilidade pela mudança e a resolução para quebrar barreiras e melhorar a convivência entre a instituição de ensino e a sociedade.

2.2 - QUEM É O INTERPRETE DE LIBRAS?

O intérprete de Língua de Sinais é um profissional que tem conhecimento da língua de sinais e compreende a língua falada de um determinado país, sendo a pessoa qualificada para desempenhar a função de intérprete. Para entender melhor os termos usados na linguagem de sinais, o MEC listou as expressões mais utilizadas e seus significados:

INTÉRPRETE - Pessoa que interpreta de uma língua (língua fonte) para outra (língua alvo) o que foi dito.

INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS - Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais.

LÍNGUA - É um sistema de signos compartilhado por uma comunidade linguística comum. A fala ou os sinais são expressões de diferentes línguas. A língua é um fato social, ou seja, um sistema coletivo de uma determinada comunidade linguística.

LÍNGUAS DE SINAIS - São línguas que são utilizadas pelas comunidades surdas. As línguas de sinais apresentam as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Linguística. As línguas de sinais são visuais-espaciais captando as experiências visuais das pessoas surdas.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - A língua brasileira de sinais é a língua utilizada pelas comunidades surdas brasileiras.

LINGUÍSTICA - É a ciência da linguagem humana.

LIBRAS - É uma das siglas para referir à língua brasileira de sinais: Língua Brasileira de Sinais. Esta sigla é difundida pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - FENEIS.

TRADUTOR - Pessoa que traduz de uma língua para outra. Tecnicamente, tradução refere-se ao processo envolvendo pelo menos uma língua escrita. Assim, tradutor é aquele que traduz um texto escrito de uma língua para a outra.

TRADUTOR-INTÉRPRETE - Pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ou escrito.

TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS - Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).

TRADUÇÃO-INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA - É o processo de tradução- interpretação de uma língua para outra que acontece simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor-intérprete precisa ouvir/ver a enunciação em uma língua (língua fonte), processá-la e passar para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação.

TRADUÇÃO-INTERPRETAÇÃO CONSECUTIVA - É o processo de tradução- interpretação de uma língua para outra que acontece de forma consecutiva, ou seja, o tradutor-intérprete ouve/vê o enunciado em uma língua (língua fonte), processa a informação e, posteriormente, faz a passagem para a outra língua (língua alvo), [...].

2.3 - O PAPEL DO INTÉRPRETE EM SALA DE AULA.

Existe uma discussão a respeito do papel do intérprete de LIBRAS em sala de aula, uma vez que este pode ser confundido com o papel do professor. No entanto, é preciso que os dois profissionais desenvolvam papéis diferentes em sala de aula. O professor deve ser responsável pelo ensino e por seus alunos, já o intérprete atua como mediador entre o professor e o aluno, fazendo a interpretação dos conteúdos trabalhados pelo professor para a língua de sinais. O professor não pode delegar ao intérprete responsabilidades educacionais, algo que muitas vezes é confundido pelos alunos surdo/deficientes auditivos, uma vez que possuem uma relação maior com o intérprete.

No Brasil, a presença de intérpretes de LIBRAS data dos anos 80, com trabalhos religiosos. De lá pra cá, foi realizado vários estudos, congressos e com movimentos na defesa da Normatização da LIBRAS. No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a Lei Federal que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras: LEI Nº 10436, DE 24 DE ABRIL DE 2002, que garante, entre outras coisas, a obrigatoriedade da inclusão da LIBRAS como

componente curricular na formação de professores. Essa lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, além de abrir oportunidade no mercado de trabalho de forma legal.

A presença de um profissional intérprete de LIBRAS é previsto em lei, como já visto, e devem ser observados os seguintes preceitos éticos, descrito o código de ética que é parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (FENEIS):

Confiabilidade - sigilo profissional; Imparcialidade - o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias; Discrição - o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação; Distância profissional - o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados; Fidelidade - a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito.

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil imparcial para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. Tem a função de ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, colegas e equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares. Intérprete - Pessoa que interpreta de uma língua (língua fonte) para outra (língua alvo) o que foi dito. Intérprete de língua de sinais - Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais. A língua brasileira de sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo.

2.4- METODOLOGIA.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede estadual de ensino da cidade de Mossoró/RN, Escola Estadual Cônego Estevam Dantas, situada no Bairro Alto da Conceição na qual estuda uma aluna surda. A Escolha se deu pelo fato da escola fazer parte da proposta de pesquisa, pelo fato de trabalhar com vários tipos de deficiências, e principalmente pela temática escolhida a surdez.

A metodologia utilizada na pesquisa é de caráter qualitativo. De acordo com

Minayo (1994), esta pesquisa interpreta questões muito particulares, preocupando-se com uma condição real. A pesquisa qualitativa, busca a compreensão de fatores específicos em profundidade, sem a necessidade de dados estatísticos ou regras, a análise ocorre de forma interpretativa e descritiva. Ou seja, essa pesquisa trabalha com representatividade da intuição, da exploração e do subjetivismo.

A abordagem foi um estudo com uma aluna e uma intérprete. Elaboramos um questionário com quatro perguntas para a intérprete para compreender o processo e a atuação da intérprete. As contribuições da sua atuação para as mudanças na vida e na aprendizagem da aluna, para averiguar se houve mudanças no comportamento da aluna, as contribuições para a aprendizagem significativa, as transformações no entrosamento com os demais alunos da sala, seu ciclo de amizade, bem como, o processo de aceitação e inclusão.

3- RESULTADOS E DISCUSSÃO:

No decorrer da produção deste artigo discutimos sobre os fatos históricos da inclusão ao longo dos séculos. Percebemos que ocorreram muitas dificuldades de enfrentamentos por parte das pessoas que tem algum tipo de deficiência, e que essas dificuldades foram necessárias para a viabilização do processo de inclusão dessas pessoas para conquistarem seus direitos e sua vez na nossa sociedade e também no espaço escolar. Apresentaremos os resultados da coleta de dados realizada a partir do questionário com a intérprete

Por tanto, no decorrer da execução do artigo, fez-se entrevista com a intérprete de LIBRAS que desenvolve seu trabalho na escola. Foi perguntado a esta intérprete os seguintes questionamentos.

<i>1- Qual a importância de um professor dominar a língua de sinais?</i>	<i>Todo professor que aprende o básico em LIBRAS possibilita ao surdo uma inclusão e faz com que o mesmo, se perceba como parte participativa no meio a qual está inserido. Por isso, é de extrema importância o conhecimento da língua de sinais, pois permitir a inclusão dos surdos no mundo que é dominado pelos ouvintes. O intérprete da língua de sinais possibilita a comunidade surda a interagir com os ouvintes e com isso quebrar paradigma social, e cultural, levando as pessoas a enxergar o surdo como sujeito participativo com opiniões, desejos e vontades próprias tendo somente a comunicação como sua limitação.</i>
--	--

2- Como você vê a necessidade do intérprete de LIBRAS para o processo inclusivo?	<i>O intérprete é um sujeito de interação social engajado e ativo na comunicação. Este profissional surge como um recurso indispensável na inclusão dos surdos, pois vai proporcionar a comunicação entre o aluno surdo com os alunos ouvintes como também com os demais membros da sociedade.</i>
3- De que forma vc auxilia a aluna surda a melhorar a aprendizagem e facilita seu processo de inclusão?	<i>Como intérprete de sala de aula, busco brevemente os conteúdos que serão ministrados pelo professor a fim de estudar e conhecer os assuntos para interpretar da melhor forma possível os conceitos ministrado pelos docentes da sala. Vale salientar que o intérprete não é habilitado para lecionar, mas para transmitir o que lhe é solicitado. Percebo que a aluna mudou sua forma de entrosamento com outros alunos e segundo os professores, houve grandes mudanças na aprendizagem em todas as disciplinas.</i>
4- Em sua opinião, a falta de professores qualificado sem em LIBRAS prejudicar o aprendizado de um aluno surdo nas escolas e como você sente em relação as mudanças ocorridas na vida da aluna?	<i>Sim, todo profissional da educação que não está preparado para receber alunos com necessidades educacionais especiais causa retrocesso no processo de ensino aprendizagem. O aluno surdo que não tem um intérprete em sala de aula tende a se prejudicar, pois o mesmo está inserido na sala de aula regular e por falta de compreensão do que esta sendo passado não consegue progredir. O professor nessa perspectiva deve buscar metodologias diferenciadas para que o aluno surdo consiga desenvolver seus conhecimentos. Sinto-me realizada, pois na minha profissão, nem sempre somos entendidos como deveria, mas ajudar a uma aluna a se desenvolver intelectualmente m proporciona uma felicidade e saber que cumpri um dever. Ver os olhos da aluna brilhando de felicidade por ter obtido uma nota boa, isso não tem preço.</i>

Podemos enfatizar que através das respostas da interprete, que os profissionais docentes não compreendem a real função da sua profissão, dificultando a interação entre a comunidade escolar, família e o aluno. O intérprete é um profissional de interação social, envolvido na comunicação da língua de sinais, contribuindo para o processo de inclusão dos alunos surdos. É possível compreender a partir das respostas, queo profissional que aprende o básico em LIBRAS possibilita ao surdo a inclusão para que

se perceba participativo no meio que está inserido. Enfatiza em suas respostas que o intérprete emerge como um recurso indispensável na inclusão dos surdos pois proporciona a comunicação entre todos os membros da sociedade.

Em relação aos conteúdos ministrados em sala de aula, é preciso também claro que o interprete não é habilitado para lecionar, mas para transmitir o que lhe é solicitado, aquilo que o professor da disciplina repassa, o interprete apenas interpreta. A falta do intérprete em sala de aula tende a prejudicar o aluno surdo, uma vez que este está inserido na sala de aula regular. Partindo do princípio que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma língua como outra qualquer e está composta por todos componentes pertinentes como gramática, semântica, pragmática, sintaxe, entre outros, mas na sua origem. A interprete relata que esta língua de sinais lhe possibilitou ajudar a comunidade surda a interagir com os ouvintes e com isso quebrar paradigmas social, e cultural, levando as pessoas a enxergar o surdo como sujeito participativo com opiniões, desejos e vontades próprias.

Nesse processo entra em consonância a formação continuada para os profissionais da área educacional como fundamento essencial no processo de transformação do sistema educacional ressaltando a ordem das possibilidades de extrapolar as barreiras, de modo geral no que se refere as barreiras atitudinais que envolvem principalmente, a cultura em todos os espaços sociedade na busca de respostas e elucidações que auxiliem nas desenvolturas, potencialidades e habilidades das pessoas surdas, para que possam adentrar no contexto inclusivo.

O Decreto 5.626/2005 garante o atendimento às necessidades específicas do surdo, seja na escola inclusiva ou numa escola bilíngue.

A Lei 13.146/2015, com aprovação recente, também determina em seu artigo 28 a garantia de:

IV - oferta de educação bilíngue, em LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas, e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e interpretes de LIBRAS, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da LIBRAS, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação. Sistema.

Desta forma, o trabalho não está destinado a criar conceitos fechados, prontos e inacabados, este foi feito com o intuito de se obter mais informações sobre a atuação do

intérprete de LIBRAS na escola pública para auxiliarem aos surdos na compreensão e nas aprendizagens significativas.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de conclusões, entendemos que para acontecer um processo de inclusão, bem como, para o bom desenvolvimento da aprendizagem de alunos surdos na instituição educacional, não basta apenas garantir a matrícula e a frequência como reza no Decreto 5.626/2005, que garante o atendimento às necessidades específicas do surdo, seja na escola inclusiva ou numa escola bilíngue. É preciso oportunizar aos alunos uma aprendizagem significativa e inclusiva. Conforme podemos observar nos itens da Lei 13.146/2015, o ensino da LIBRAS deve ser presença obrigatória na escola. E, para que o atendimento educacional especializado possa contribuir na escolarização do aluno surdo em escolas inclusivas, é preciso atuar diante dos seguintes aspectos: - oferta do atendimento educacional que desenvolva o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS; - oferta do atendimento educacional especializado para o ensino da Língua Portuguesa, conforme prevê o Decreto 5.626/2005 em seu Art.14.

A partir das análises colhidas, é visto que nas escolas regulares falta Políticas Públicas municipais e estaduais que dificultam o processo de inclusão de maneira satisfatória, também por falta de capacitação de alguns profissionais da comunidade escolar. A atuação do interprete de LIBRAS é fundamental para o bom desenvolvimento das capacidades. Os intérpretes de Língua de Sinais surgiram devido à necessidade da comunidade surda possuir um profissional que auxiliasse no processo de comunicação com as pessoas ouvintes. Inicialmente, a atuação era informal, ou seja, pais ou membros da família das pessoas surdas faziam essa função.

Assim, sua atuação em sala de aula é de fundamental importância para a aprendizagem de alunos surdos. Sua função é interpretar de uma dada língua de sinais para outro idioma, ou deste outro idioma para uma determina língua de sinais. O intérprete de Libras é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função. Ele deve ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação, além de possuir formação específica na área de sua atuação.

O que acontece na sala de aula é tentativa de integração de um aluno surdo, é preciso um preparo do ambiente escolar para receber de maneira inclusiva, não é

somente o atendimento educacional especializado que ajudará na inclusão desse aluno, mas a formação de um intérprete para auxiliar esse aluno no processo de inclusão escolar.

Esperamos que a partir destas reflexões os profissionais se engajem na perspectiva de procurar cada vez mais esclarecimentos, bem como aperfeiçoamento para que realmente as Pessoas com Deficiências sejam aceitas e atendidas, mesmo sabendo-se que necessitam de um maior cuidado em alguns pontos, mas que possam adentrar em todos os espaços sociais e de educação como um todo. Desta forma o artigo não se dá por acabado e sim como uma fonte a ser explorada, pois contruiu para a reflexão sobre as práticas pedagógica da escola citada, bem como dos professores envolvidos com a aluna surda, atentando para a participação igualitária e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes**. Campinas: Papirus. p.28. 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, edição Câmara, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.236**, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamentada a Lei nº 10.436**, de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário oficial da União, Brasília/DF, 23/12/2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva/ Secretária de Educação Especial**. Brasília: Secretária de Educação Especial, 2010.

BRASIL. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa/Secretária de Educação Especial**; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em: 01/07/2015.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2. Ed. Mossoró-RN, 2014.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda. Linguagem e Cognição Numa Perspectiva Sócio-Interacionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

HOLANDA, T. **Uma questão de inclusão: diálogos sobre educação inclusiva travados no seio espaço escolar.** Trabalho Monográfico. Guarabira/PB: UEPB, 2009.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf> (Acessado em 10 de dezembro de 2015).

LEI 9.394, de 23 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

SANTIAGO, Sandra Santiago. **A LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL.** Disponível em:

<http://profasandrasantiago.blogspot.com.br/2012/11/a-libras-como-instrumento-de-inclusao.html> (Acessado em 12 de dezembro de 2015).

<http://www.metodista.br/cidadania/numero-59/a-sociedade-do-culto-ao-corpo-perfeito>

O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / **Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos** - Brasília : MEC; SEESP, 2004. 94 p : il.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.

PERGUNATAS PARA INTERPRETE

1- QUAL A IMPORTÂNCIA DE UM PROFESSOR DOMINAR A LÍNGUA DE SINAIS?

2- COMO VOCÊ VÊ A NECESSIDADE DO INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA O PROCESSO INCLUSIVO?

3- DE QUE FORMA VOCÊ AUXILIA A ALUNA SURDA A MELHORAR A APRENDIZAGEM E FACILITA SEU PROCESSO DE INCLUSÃO?

4 - EM SUA OPINIÃO, A FALTA DE PROFESSORES QUALIFICADO SEM EM LIBRAS PREJUDICAR O APRENDIZADO DE UM ALUNO SURDO NAS ESCOLAS E COMO VOCÊ SENTE EM RELAÇÃO AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA VIDA DA ALUNA?